

Filiado à



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS

30
anos

je

Jornal do
Engenheiro



Enchente na Rodovia Anchieta: problema a ser resolvido de forma integrada.

A lei em vigor desde 17 de junho trouxe avanços, como fundo específico de recursos e criação de uma autarquia. No entanto, ainda deixa a desejar no que diz respeito aos problemas comuns aos municípios, afirma especialista.

Página 5

São Paulo tem novas regras para gestão da Região Metropolitana

Jorge Araújo/Folhapress



UM ABACAXI PARA OS CONSUMIDORES DE ENERGIA

DESDE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROPAULO, comprada em 1998 pela AES, os usuários da distribuidora têm vivido o pior dos mundos: enquanto o custo com eletricidade sobe, a qualidade do serviço prestado despenca. Há muito já está comprovado que o resultado da desestatização nesse setor tem sido lamentável, mas a companhia conseguiu no último mês superar as expectativas mais pessimistas.

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Após um vendaval atingir a cidade de São Paulo no dia 7 de junho, houve corte de fornecimento em diversas regiões, e em algumas o restabelecimento só aconteceu mais de 48 horas depois. O episódio causou obviamente transtornos e prejuízos em diversos bairros da Capital e cidades da Região Metropolitana.

Como resultado dessa situação e da pressão da opinião pública e das autoridades, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou que a Eletropaulo terá de cumprir, conforme publicado pelo *InforLegis*, uma lista de exigências, incluindo aumento no volume de recursos destinados à manutenção da rede de distribuição em São Paulo e à ampliação das equipes de atendimento emergencial. Também deve ser feita uma fiscalização detalhada na infraestrutura da empresa e, conforme o resultado, a concessionária pode ser multada.

Mais rigorosa – e talvez mais pertinente – é a queixa enviada pela Fundação Procon-SP à Aneel. O órgão de defesa do consumidor solicitou a intervenção administrativa na AES Eletropaulo. A medida, prevista em lei para casos de inadequação na prestação do serviço, consiste na substituição da



diretoria da concessionária por um interventor indicado pela própria agência, que terá a função de assumir a condução da companhia.

Segundo o Procon, ainda de acordo com o *InforLegis*, esse foi o caminho que restou após a falta de efeito das medidas anteriores. Nos dois últimos anos, a Eletropaulo ocupou lugar cativo entre as empresas mais reclamadas no órgão. Em 2010, ficou em sexto lugar e em 2009, em terceiro. Desde 2003, a concessionária foi multada em R\$ 18 milhões pela má prestação do serviço de energia. Do total, pagou apenas R\$ 3,5 milhões. Equivocada na origem, já que um servi-

ço público essencial deveria estar a cargo do Estado tendo em vista sua importância para o bem-estar da população e o desenvolvimento, a privatização do setor energético teve inúmeros vícios. Um deles, a falta de regras claras e obrigações, com punições previstas às concessionárias privadas. Outro problema é a ineficiência das agências reguladoras. A Aneel tem dado inúmeras demonstrações de sua incapacidade de defender o interesse público a contento. Tiram proveito dessa situação as companhias privadas que entraram nesse jogo em busca de lucro e sem compromisso com a população e o Estado.

Preço alto e qualidade ruim têm marcado a prestação de serviço de distribuição de energia pela AES Eletropaulo. Órgão de defesa do consumidor pede intervenção na companhia, já que nada mais funcionou.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Luís Henrique Costa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 31.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 1º a 15 de julho de 2011. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Valorização profissional e a importância da qualificação

Amaury Hernandes

NA ERA da informação e do conhecimento, uma dimensão fundamental da valorização profissional é capacitação e constante atualização. Esse esforço deve ser empreendido pelos governos, pela academia, pelo setor produtivo e também pelas organizações da sociedade civil. O SEESP e a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) criaram o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” justamente para discutir e propor meios de se implementar um plano de expansão econômica com inclusão social, sustentabilidade ambiental e avanço tecnológico.

Obviamente, é parte fundamental desse debate a formação e a requalificação da mão de obra necessária aos desafios de uma empreitada como essa.

Indo além e avançando nesse trabalho, o SEESP decidiu criar o Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), cuja meta será atender as novas demandas do mercado, com a formação de profissionais voltados à inovação. Quando estiver funcionando, a futura instituição de ensino superior será uma referência na área, destacando-se pela excelência no ensino e pela visão de vanguarda.

Tal papel, que a representação sindical dos engenheiros vem desempenhando com louvor, seria também do Sistema Confea/Creas (Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), pois é sua função salvaguardar a sociedade dos maus profissionais, valorizando os bons, promovendo um constante aprimoramento de suas aptidões. Deveria promover palestras, cursos, seminários, formando profissionais conhecedores dos preceitos éticos e morais do seu ofício e fomentando essa discussão em todas as entidades ligadas ao Sistema. No entanto, você já participou de algum seminário, curso ou palestra promovido pelo Crea-SP sobre o tema? Quando esse se movimentou para atender os anseios dos profissionais da área tecnológica?

Lamentavelmente, a ineficiência nessa área, que seria o apoio à capacitação, não é isolada e contamina todo o desempenho do conselho. Por isso mesmo, o Crea-SP, que dispõe de um orçamento milionário, tem baixo reconhecimento e aprovação dos profissionais. O atendi-

O esforço de capacitação dos quadros do setor tecnológico poderia contar com o apoio do Sistema Confea/Creas.

mento não tem a transparência e a agilidade necessárias; conseguir certidões e outros documentos, principalmente para empresas, demora exageradamente, o que prejudica a participação em concorrências públicas e a atuação junto a órgãos governamentais.

Outra falha é a falta de iniciativas visando o fortalecimento das entidades de classe, com as quais o Crea não deveria concorrer, mas estabelecer parcerias, voltadas inclusive, e especialmente, à valorização profissional. Por fim, chegamos a um grave pecado que se tem observado no Sistema: a ausência de democracia no processo eleitoral. É preciso que haja urnas disponíveis nos locais onde estão os profissionais e que também se faça uso dos meios eletrônicos para tornar o direito de voto o mais amplo e efetivo possível. Isso daria legitimidade ao pleito e garantiria uma participação efetiva na busca do Crea que todos queremos.

Amaury Hernandes é engenheiro civil e de segurança do trabalho, presidente da Delegacia Sindical do SEESP em São José do Rio Preto, atua como consultor e professor e já foi secretário municipal de Trânsito de São José do Rio Preto e de Planejamento em Olímpia

SEGREDO



Qual a importância que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Assimile aqui

(11) 9173-0681

(11) 3284-9180

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Gerar entulho está mais caro em São José dos Campos

Lucélia Barbosa

COM O FECHAMENTO do último aterro no final do ano passado, a Prefeitura de São José dos Campos pretende implantar definitivamente o plano que atende a Resolução 307 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), publicada em 2002. Essa determina que os geradores de resíduos das atividades de construção, reformas, reparos, demolições, pessoas físicas ou jurídicas sejam responsáveis pela destinação adequada dos entulhos.

Outra meta da cidade é cumprir a Lei Municipal nº 7.146/06, que estabelece como responsáveis pela gestão os geradores e os transportadores de resíduos da construção civil.

Conforme explica o secretário municipal do Meio Ambiente, André Miragaia, a mudança não é novidade. O plano foi elaborado em 2006 e no ano seguinte começou a ser implementado. “Desde 2007, a Prefeitura vem realizando reuniões com os setores da construção civil, transportadores e demais interessados, para alertar sobre as novas regras e para que licenciassem áreas próprias para descartar o entulho. No entanto, ninguém se mexeu. Só perceberam que o sistema tinha mudado depois que fechamos o último entulhódromo”, relata.

A medida divide o problema em pequenos e grandes geradores. No primeiro grupo, enquadram-se pessoas que produzem até um metro cúbico de entulho (aproximadamente uma caçamba de um veículo utilitário pequeno). Nesse caso, a administração municipal disponibiliza os PEVs (Pontos de

Entrega Voluntária) sem nenhum custo. “Já temos sete, mas a meta é implantar 21 até 2012”, menciona Miragaia.

Custo elevado

Para os grandes geradores, a regra determina a contratação de caçambas. Como não existem mais aterros públicos na cidade, os resíduos devem ser levados a empresas de reciclagem privadas instaladas no município e pagar entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00 para descarregar o material de cada caçamba. Essas, por sua vez, só recebem resíduos dos transportadores cadastrados na Prefeitura. De acordo com a Andaime e Cia., uma das empresas que faz transporte e locação de caçambas em São José dos Campos, até dezembro de 2010, o custo do aluguel era de R\$ 80,90 por unidade. Em janeiro deste ano, a companhia passou a cobrar R\$ 180,00 por conta da nova taxa para despejar os resíduos nos locais privados.

O secretário atribui o aumento no preço do serviço à falta de concorrência, já que a cidade possui apenas duas empresas com áreas licenciadas para trabalhar com a destinação final do entulho, mas somente uma está apta a receber os resíduos. “Passamos por um processo de transição, por isso o custo subiu. Em breve, com os transportadores licenciando áreas próprias, o preço deve se estabilizar”, afirma Miragaia.

Na sua visão, a mudança pode também incentivar empresários que reciclam entulhos a se instalarem na cidade, uma forma de fomentar a geração de empregos e preservar recursos naturais que são extraídos para uso na construção civil, como areia e pedra.

Ainda segundo ele, a medida é positiva porque exclui a possibilidade de transformar o entulho privado em público. “A cidade produz diariamente 2 mil toneladas de resíduos, 70% pelos grandes geradores que, antes do plano entrar em vigor, passavam a responsabilidade de dar destinação correta para a administração municipal e conseqüentemente toda a população pagava a conta de uma reforma particular”, argumenta.

Para a engenheira Maria Célia Sapucahy, diretora do SEESP e moradora da região, o principal problema da mudança não foi disciplinar o descarte de entulho da construção civil, mas fazê-lo permitindo que o preço médio da caçamba subisse de forma exorbitante. “O descontentamento dos profissionais envolvidos com construção civil e do cidadão joseense é geral, ainda que a lei vise a preservação do meio ambiente”, opina.

Ela também questiona a atuação da recicladora que, além de cobrar para receber o entulho que servirá de matéria-prima para ser comercializada posteriormente, exige outros pagamentos para separar o lixo quando a caçamba contém material não classificado como entulho. “Cabe agora ao usuário ficar diuturnamente vigiando para que algum transeunte não jogue nada diferente nela”, critica.

Outro aspecto a ser esclarecido, conforme Sapucahy, é a decisão da Prefeitura de deixar de receber o entulho gratuitamente e passar a comprá-lo. “A administração pública é um dos maiores usuários do material que pode ser utilizado para consertos nas praças e vias públicas”, comenta.

Fiscalização

Apesar das reclamações, a Prefeitura de São José dos Campos está disposta a fazer cumprir as novas regras e criou um sistema eletrônico que fará o monitoramento e o controle de resíduos da construção civil. O programa será acessado via Internet e conterá informações dos geradores, transportadores e receptores de entulho que deverão se cadastrar e registrar todo o fluxo de resíduos, desde a origem até o destino final.

Conforme Miragaia, além de facilitar o processo de fiscalização, a medida evitará despejos de entulho em áreas impróprias. “Quem não estiver cadastrado e for pego transportando irregularmente será multado e terá a atividade embargada”, informa. “A intenção é que o sistema vire lei em breve. Acredito que até agosto o texto esteja votado e a obrigatoriedade do cadastramento eletrônico, criada”, estima.



Luís Henrique Costa

Serviço inflacionado: preço médio do aluguel da caçamba subiu muito na cidade.

SEM GRANDES AVANÇOS NA GESTÃO METROPOLITANA

Soraya Misleh

DE AUTORIA do Governo do Estado, foi sancionada pelo seu mandatário, Geraldo Alckmin, em 16 de junho, a Lei Complementar nº 1.139, que reorganiza a RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), a qual abriga 39 municípios. Aprovada em 24 de maio na Assembleia Legislativa de São Paulo, entre suas definições, cria o Conselho de Desenvolvimento.

Com composição paritária, a ser formado por representantes do Executivo paulista e prefeitos de todas as cidades contempladas, sua instituição deverá ocorrer em até 90 dias a partir da publicação da norma (dia 17 de junho). Conforme divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, será “a principal entidade de deliberação sobre planos, projetos, programas, serviços e obras a serem executados na RMSP com recursos do fundo de desenvolvimento”. A implementação desse é outra novidade na lei, assim como de autarquia, o que exigirá envio de projetos específicos à Assembleia.

Segundo o deputado estadual Enio Tatto (PT), líder da oposição no Parlamento, o texto aprovado traz como grande mudança a possibilidade de planejamento das iniciativas em conjunto e de recursos para atender as necessidades, mediante definição no orçamento estadual. “Tem diversas contribuições. Além de se ter a RMSP como uma autarquia com um fundo que permitirá a realização de serviços e obras, outro ponto em que se avançou bastante foi a criação de cinco subregiões”, aponta. São elas: Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste e Oeste. A capital integrará todas. Em cada uma, será instituído um conselho consultivo, composto por deputados estaduais, membros da sociedade civil organizada, do Legislativo dos municípios integrantes e da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano representando o Governo paulista. Conforme divulgado por essa última, entre suas atribuições estão “elaborar propostas a serem submetidas ao Conselho de Desenvolvimento”. Para Tatto, esses serão os espaços democráticos em que a população,

juntamente com os prefeitos, os vereadores e os deputados, poderá participar. “(A lei) é um grande avanço. Agora é realmente colocá-la em prática”, ratifica.

Muitos desafios

A opinião não é unânime. O médico Ubiratan de Paula Santos, colaborador do documento “Cresce Brasil – Região Metropolitana de São Paulo” – publicado em junho de 2008 pelo SEESP e FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), como resultado de seminário sobre o tema realizado em março daquele ano –, faz uma série de ressalvas acerca da lei aprovada. Para ele, “difere muito pouco na essência das regiões instituídas em 1996 na Baixada Santista e em Campinas”. Apesar de ter criado subregiões, o que mexeu um pouco nas atribuições, na sua concepção, a nova norma não contempla dois pontos cruciais: não define o montante a ser destinado ao fundo no orçamento do Estado e mantém o conselho deliberativo sem participação popular e da União.

Ademais, Santos defende que as regiões metropolitanas devem ser alçadas a quinto ente federado, ao lado das três esferas governamentais mais o Distrito Federal. Essa seria a forma de lhes garantir “poder de decisão que lhes propicie envolvimento real para resolver problemas estruturais relativos a transporte, saneamento, habitação, por exemplo”. O que exigiria emenda à Constituição Federal de 1988, que transfere a atribuição de reconhecer tais áreas à esfera estadual. “É preciso reconhecer serem urgentes providências mais amplas para as metrópoles brasileiras através de novo pacto em que elas adquiram estatuto de ente federado”, indicam os engenheiros em seu documento “Cresce Brasil – RMSP”.

Santos salienta: “A lei aprovada continua sem permitir que dois municípios coloquem linha de ônibus entre seus bairros ou construam uma ponte entre seus rios, façam a gestão conjunta do transporte coletivo ou do lixo.” Perante os inúmeros desafios encontrados em uma região que engloba 19,7 milhões de habitantes, o médico acredita que o avanço é mínimo. “Deveria se ter algo mais encorpado”, destaca.

Na busca ainda por contribuir nesse sentido, o “Cresce Brasil” elencou entre as prioridades a gestão integrada do território metropolitano, planejamento participativo, reorganização urbana, coesão sociourbana, adensamento populacional em áreas centrais e contenção da expansão urbana horizontal, combate à exclusão e aos guetos, valorização do espaço público como elemento estruturador da metrópole, ampliação e distribuição das oportunidades pelo território. Além de transporte público de alta capacidade integrando modais, financiamento e subsídio de habitações de interesse social, regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários, combate à especulação imobiliária, despoluição progressiva dos rios, proteção dos mananciais hídricos, instituição de novas áreas verdes, respeito ao ecossistema, controle de vetores, educação ambiental e administração eficiente dos resíduos sólidos, com ampliação da coleta seletiva e da reciclagem do lixo.

Para resolver problemas estruturais, região deve ser alçada a ente federado, aponta especialista.



Sem integração devida, poluição do Rio Tietê ainda é grave problema em locais como a Capital.



REDUZIR JORNADA E *avançar* NA PAUTA SINDICAL

Soraya Misleh

VISANDO ASSEGURAR que o Parlamento vote ainda neste segundo semestre a redução da jornada semanal de trabalho de 44h para 40h sem diminuição de salários, o movimento sindical brasileiro vai intensificar sua luta em prol dessa conquista.

Além disso, a pretensão é levar outras demandas consideradas prioritárias pelo conjunto, como o fim do fator previdenciário, a questão das práticas antissindicais, a regulamentação da terceirização com garantia de direitos e a ratificação das convenções nºs 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dispõem respectivamente sobre o direito de negociação do funcionalismo público e a proibição da demissão imotivada. “A ideia é avançar no ano em torno de bandeiras históricas dos trabalhadores no Congresso Nacional. Isso se articula com a dinâmica de campanhas salariais e deve criar melhores condições para sustentar a valorização do salário mínimo”, avalia o cientista político João Guilherme Vargas Netto.

Sua opinião se fundamenta na lógica de que tal ação, ao se desenvolver de forma entrosada com grandes segmentos, fortalece a organização

sindical também na batalha contra ala que queira lançar ofensiva que implique perdas à classe trabalhadora. “Essas lutas contínuas na linha do tempo do segundo semestre (manifestações unitárias pela pauta sindical no Congresso em Brasília e campanhas salariais motivadas pela conjuntura favorável) darão base para que o movimento unificado, aguerrido e vitorioso impeça que os rentistas, a banca e seus porta-vozes a aliados coloquem em questão o forte reajuste legal do salário mínimo previsto para janeiro de 2012”, ressaltou em artigo de sua autoria intitulado “Linha do tempo”, publicado no *site* da Força Sindical. “Queremos reafirmar que vamos lutar por aumentos reais de salário e que não compraremos a versão conservadora de que isso vai fazer a inflação disparar”, salienta Artur Henrique, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Wagner Gomes lembra que algumas categorias importantes devem participar, como os petroleiros e metalúrgicos, bem como entidades sociais. O deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP), presidente da Força Sindical, enfatiza que promover essa aliança é a proposta. E indica: “Tivemos uma reunião com nossa bancada em São Paulo e estamos orientando todos os estados a se reunirem com parlamentares locais. Isso já está acontecendo. No Congresso Nacional, temos mantido pelo menos cem dirigentes toda semana, os quais farão panfletagem e visitas a lideranças até o recesso parlamentar.”

Agenda de luta

Além disso, conforme calendário unificado com as diversas centrais, haverá várias manifestações, as quais culminarão em

um Dia Nacional de Lutas. “Serão quatro atos até 3 de agosto, quando está programada uma grande mobilização nacional em São Paulo, em que pretendemos colocar cerca de 50 mil pessoas na Av. Paulista”, destaca Gomes. Dirigente nacional da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), Dirceu Traverso destaca a justa luta pela redução da jornada e pelo fim do fator previdenciário. “Vamos participar e quem tiver propostas diferenciadas, como a diminuição para 36 horas semanais, como é o nosso caso, poderá levá-las.” Engrossarão a marcha em 3 de agosto ainda a UGT (União Geral dos Trabalhadores), a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e a Nova Central.

Como preparação para este momento, a primeira iniciativa deverá ocorrer em 6 de julho. Haverá mobilizações da CUT, conjuntamente com os movimentos sociais, em diversas partes do País e das demais centrais em Brasília, no Salão Verde. De acordo com Paulinho, nos dias 14, 21 e 28 do mesmo mês, estão previstos atos descentralizados respectivamente em estados do Norte, Nordeste e Sul.

Para além do Dia Nacional de Lutas, como conclui Vargas Netto em seu artigo, “agosto e setembro serão meses de fortes mobilizações em Brasília.[...] A partir de então, com naturalidade, as lutas serão as das campanhas salariais de datas-bases de grandes categorias que, apesar das pautas diferenciadas, convergem em exigir ganhos reais de salários. A produtividade elevada, a alta lucratividade, os investimentos crescentes e a inflação em baixa garantem, para quem se organiza e se mobiliza, as condições de vitória”.



Movimento sindical luta por demandas apontadas na Conferência Nacional dos Trabalhadores, em 2010.

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTAMOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ALTO TIETÊ:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidasacruz@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seespplins@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: carlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjse@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seespauptate@vivax.com.br.

Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos

BAURU

Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo)

Site: www.sindusconsp.com.br

E-mail: bauru@sindusconsp.com.br

Telefone: (14) 3234-1242

- **Gestão sustentável de resíduos na construção civil.** O curso apresentará a prática de gerenciamento desses resíduos, evidenciando a extensão do problema na dimensão urbana, a cadeia de atribuições e o papel a ser exercido pelos agentes. Entre os temas, sustentabilidade, resíduos sólidos, impactos ambientais, nova legislação, normas técnicas e o exercício da responsabilidade. A atividade acontece no dia 19 de julho, das 9h às 18h, e o custo é de R\$ 190,00 para associados ao Sinduscon e de R\$ 250,00 para os demais.

CAMPINAS

Extecamp (Escola de Extensão da Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Tecnologia)

Site: www.extecamp.unicamp.br

E-mail: extensao@ft.unicamp.br

Telefone: (19) 2113-3353

- **Gestão de projetos.** O objetivo é introduzir conceitos de gestão de projetos baseada no conjunto de práticas PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*). O curso abordará integração, escopo, tempo, custo, recursos humanos, comunicação, riscos, gestão de projetos e qualidade de software. A atividade será ministrada de 6 a 27 de agosto, aos sábados, das 8h às 17h. O preço é de R\$ 1.000,00.

SANTO ANDRÉ

FSA (Fundação Santo André)

Site: www.fsa.br

E-mail: secretariapos@fsa.br

Telefone: (11) 4979-3333

- **MBA Gestão ambiental.** Para adquirir conhecimentos em gerenciamento ambiental visando procedimentos e ideias de

desenvolvimento sustentável. Ao final do curso, o participante estará apto a desenvolver estudos de impactos ambientais que permitam diagnosticar problemas e identificar medidas corretivas ou preventivas. Com carga de 360 horas, a especialização será ministrada aos sábados, das 8h às 17h. O custo é de 20 parcelas de R\$ 508,00.

SÃO CAETANO DO SUL

Instituto Mauá de Tecnologia

Site: www.maua.br

E-mail: posgraduacao@maua.br

Telefone: (11) 4239-3401

- **Gestão dos negócios de gás e petróleo.** Para quem quer obter conhecimentos tecnológicos para atuar na exploração e produção de petróleo e gás. O programa inclui tecnologia do refino; logística da produção e distribuição de petróleo, gás e derivados; aspectos econômicos e políticos dos hidrocarbonetos no mundo; legislação; contratos comerciais; viabilidade econômica dos projetos; e planejamento estratégico empresarial. Com carga de 180 horas, a especialização será ministrada das 19h às 22h30, às sextas-feiras, e das 8h30 às 17h, aos sábados, quinzenalmente. O preço é de 11 parcelas de R\$ 1.160,00, incluindo a matrícula.

SÃO PAULO

VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)

Site: www.vdibrasil.com.br

E-mail: vdi@vdibrasil.com.br

Telefone: (11) 5180-2316

- **Gestão de serviços para engenheiros.** Para desenvolver habilidades e métodos gerenciais que permitam gerir com sucesso um sistema de serviços. Entre os temas, a importância socioeconômica do setor de serviços, operações, *marketing*, gestão de pessoas, qualidade e estudo de casos. A atividade acontece no dia 6 de julho, das 8h30 às 17h30. O custo é de R\$ 450,00 para associados à VDI-Brasil e de R\$ 650,00 para os demais.

Desafios da banda larga em pauta

COM O OBJETIVO de disseminar as práticas e oportunidades mais recentes e inovadoras oferecidas pelas principais corporações do mercado brasileiro e internacional em Internet rápida, será realizado no dia 16 de agosto, em São Paulo, o “INOVAcomm Banda Larga”.

A atividade contará com a participação de representantes do Governo e das principais empresas do setor de comunicações para debater o futuro do mercado brasileiro, as oportunidades de negócios e as tendências mundiais em banda larga.

Entre os temas constantes na programação, destaque para crescimento do mercado; alternativas para o Brasil transpor obstáculos; parcerias; vantagens e desvantagens da universalização relatada pelos países que adotaram o sistema; otimização dos serviços de banda larga no País; como a expansão pode aquecer o mercado corporativo; popularização do serviço; usuário final; tecnologias de integração; soluções de TI (tecnologia da informação) para atender a demanda de usuários; e PNBL (Plano Nacional de Banda Larga).

Durante o evento, também serão apresentadas as principais inovações do setor, suas vantagens e desafios.

Promovido pela Inova Comunicações, o seminário será realizado na Amcham (Câmara Americana de Comércio), localizada na Rua da Paz, 1.431, em São Paulo. Mais informações sobre a programação e o custo das inscrições no site www.inovacomunicacoes.com.br, pelo telefone (11) 3675-2294 ou pelo e-mail contato@inovacomunicacoes.com.br.





CNTU na posse dos médicos

Representada por Edilson Reis, que falou em nome do seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) prestigiou a cerimônia de posse da diretoria do Sindicato dos Médicos de São Paulo. Encabeçada por Cid Carvalhaes, reeleito presidente, tal assumiu a gestão 2011-2014. A solenidade ocorreu em 17 de junho no Buffet Baiúca, na Capital paulista.

Na oportunidade, Reis reiterou o compromisso da confederação com os médicos em prol de sua atividade e do acesso universal à saúde. E acrescentou: “Essa missão interage com a luta da CNTU em defesa dos direitos e interesses dos profissionais e a busca de melhores condições de vida para os cidadãos. Conquista que passa por um projeto de desenvolvimento econômico sustentável.”

Conselho discute lei de inovação e fundo de investimento

Em fase final de elaboração, a Lei Municipal de Inovação foi um dos temas abordados na reunião do CMC,T&I (Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de São Paulo), realizada em 14 de junho, na sede do SEESP, na Capital paulista.

O encontro contou com a participação do professor Oswaldo Massambani, que na ocasião apresentou os resultados preliminares do C-40, evento que aconteceu entre os dias 31 de maio e 3 de junho em São Paulo e reuniu prefeitos das maiores cidades do mundo para trocar experiências e definir estratégias de combate às mudanças climáticas.

Segundo seu relato, a Capital foi sede da atividade porque está buscando soluções efetivas para o problema. Para Massambani, o modelo econômico baseado na produção de alto carbono está



Luís Henrique Costa

Reunião ocorreu na sede do SEESP, na Capital paulista, em junho.

ultrapassado e é fundamental dar lugar à economia verde visando minimizar os impactos no meio ambiente e promover o crescimento sustentável.

Outro assunto abordado foi a criação do FMIEE (Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes) Inova SP para apoiar as empresas de base tecnológica a serem fomentadas pela Lei Municipal de Inovação.

De acordo com Saulo Rodrigues, um dos responsáveis pela criação do fundo, a ideia é que esse seja inicialmente germinado por recursos públicos e complementado por privados de instituições financeiras, empresas de gestão de ativos, fundos de investimentos setoriais e de liquidez e demais investidores qualificados nos termos da legislação vigente.

Campanha salarial 2011

Telefônica – Em assembleia prevista para ocorrer na sede do SEESP, na Capital, no dia 30 de junho, os engenheiros da Telefônica aprovaram sua pauta de reivindicações. A data-base é 1º de setembro.



Continuam abertas inscrições para V EcoSP

Importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável, o V EcoSP (Encontro Ambiental de São Paulo), promovido pelo SEESP e FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), continua com inscrições abertas. Neste ano, a iniciativa ocorrerá entre 7 e 9 de novembro próximo, no Complexo Parque Anhembi, na Capital paulista. As plenárias técnicas terão lugar no Auditório Elis Regina e a feira ambiental, no Salão de Exposições (Hall Nobre 3). Serão abordados temas constantes do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE em 2006 e atualizado em 2009, cuja plataforma pensada para o País propugna por crescimento econômico com preservação do meio e inclusão social. Mais informações e inscrições pelos telefones (12) 3633-5411, (12) 3633-7371 e (11) 3113-2616, e-mail ecoavetaubate@vivax.com.br e no site www.ecosp.org.br.

